



# O Estado: resgate teórico e reflexões contemporâneas

The State: classical theory perspective and contemporary reflections

*Raquel Dantas do Amaral, Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Ceará  
rraqueldantas@yahoo.com*

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;  
Arquiteta e Urbanista da Universidade Federal do Ceará*

## Resumo

Por meio de pesquisa teórica em torno de grandes autores clássicos, buscou-se com esse trabalho compreender o real conceito de Estado e sua *práxis* na sociedade capitalista, que se camuflam por detrás de um fetichismo observado até mesmo nas narrativas clássicas e contemporâneas. O trabalho traz em um primeiro momento contribuições teóricas abrangentes sobre o conceito de Estado presente na bibliografia de Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine e Antonio Gramsci. O segundo momento é dedicado a compreender os instrumentos por meio dos quais o Estado desenvolve seu protagonismo no sistema capitalista. A terceira, e última parte, aborda em uma das funções precípua do aparelho estatal que é o Planejamento Urbano, refletindo como o Estado tem se adequadado às demandas do regime neoliberal.

**Palavras Chave:** Estado Capitalista, condições gerais de produção, meios de consumo coletivo, neoliberalismo.

## Abstract

By theoretical research around great classical authors, this work was sought to understand the real concept of state and its praxis in capitalist society, which camouflage behind a fetishism observed even in the classic and contemporary narratives. The paper brings in a first moment comprehensive theoretical contributions on the concept of state found in the bibliography of Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine, Antonio Gramsci. The second moment is dedicated to understanding the instruments through which the state develops its protagonism in the capitalist system. The third, and last part, focuses on one of the essential functions of the state apparatus that is Urban Planning, reflecting how the state has adapted to the demands or has promoted the neoliberal regime.

**Keywords:** Capitalist State, general conditions of production, means of collective consumption, neoliberalism

## APRESENTAÇÃO

Por meio de pesquisa teórica em torno de grandes autores clássicos, buscou-se com esse trabalho compreender o real conceito de Estado e sua práxis na sociedade capitalista, que se camuflam por detrás de um fetichismo observado até mesmo nas narrativas clássicas e contemporâneas. O trabalho traz em um primeiro momento contribuições teóricas abrangentes sobre o conceito de Estado presente na bibliografia de Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine, Antonio Gramsci. O segundo momento é dedicado a compreender os instrumentos por meio dos quais o Estado desenvolve seu protagonismo no sistema capitalista. A terceira, e última parte, aborda uma das funções precípuas do aparelho estatal que é o Planejamento Urbano, refletindo como o Estado tem se adequado às demandas do regime neoliberal.

### 1. O ESTADO EM MARX, ENGELS, BOURDIEU, LOJKINE E GRAMSCI

Ao trazer nesse item aspectos tratados por grandes pensadores a respeito do que é a instituição Estado, começa-se com o consenso de que o Estado nasceu com a evolução da humanidade. A medida em que a divisão do trabalho, e com ela, a divisão da sociedade foi se sofisticando, surgiu a necessidade de uma entidade que pudesse regular a vida de uma forma civilizada. *“Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tomou o Estado uma necessidade.”* Dessa forma, a história é, em primeiro lugar, a história da sociedade, não a história do Estado. (ENGELS, 1984, p.195)

Engels (1984) chama o período de não existência do Estado de barbárie e o período regulado pela presença do Estado de civilização. Ou seja, *“A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada”.* (ENGELS, 1984, p.199)

Bourdieu (2014) corrobora com a ideia de que a sociedade, por necessidade, criou o Estado e o define claramente como:

[...] conjunto de agentes sociais, unificados, submetidos a uma mesma soberania, é o produto dos agentes mandatados para exercerem a soberania e não o inverso. [Ele surgiu a partir da] a constituição de instâncias burocráticas autônomas em relação à família, à religião, à economia, que é a condição do surgimento do que se chama Estado-nação, a partir do processo pelo qual essa constituição progressiva se operou. (BOURDIEU, 2014, p.73)

Marx e Engels (2001) iluminam a relação do Estado com a evolução da propriedade privada e o localiza externamente à sociedade. *“Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente.”* É a primeira vez na literatura que o Estado é conceituado não com o representante do interesse geral e comum da sociedade, e sim como representante da classe dominante. (MARX; ENGELS, 2001, p.74)

Lefebvre (1999) compreende a práxis estatal exatamente como Marx e Engels, liderada pela classe dominante, a burguesia: *“As necessidades sociais são tratadas pelo Estado capitalista somente em função das necessidades da burguesia. É a total negligência em relação às necessidades sociais que torna possível uma acumulação que se tornaria ela própria objetivo e fim”*. (LEFEVBRE, 1999, p.158)

Conquanto, o dissenso começa quando se aprofunda a compreensão sobre o modo de como o Estado foi se fortalecendo e sendo aceito pela sociedade. Engels, em *“A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”*, levanta que dois aspectos foram essenciais: os limites territoriais e a força pública concreta, isto é, o poder de polícia.

[...] o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial. [...]O segundo traço característico é a instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população. [A força pública existia inicialmente em forma de polícia, e esta é tão antiga quanto o Estado]. (ENGELS, 1984, p.192)

Nessa linha, Bourdieu também considera que a entidade surgiu a partir da organização da sociedade e que ela foi criada progressivamente por certos agentes sociais (juristas, legisladores), no entanto, segundo ele, não é a força física, o poder de polícia, que faz com que o Estado consiga impor sobre a sociedade a sua verdade. Bourdieu defende que é *“[...] um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são na verdade, ordens, porque tem atrás de sua a força do oficial”*. (BOURDIEU, 2014, p.66)

Na passagem de seguinte de A Ideologia Alemã de Marx e Engels é de onde se extrai subsídios para a maior discordância entre os autores pós Marx e Engels sobre a caracterização do Estado. Essa citação evidencia uma conceituação ambígua sobre o Estado, pois, ao mesmo tempo em que os pensadores negam que o Estado é um poder imposto sobre sociedade, ou seja, não é uma imagem da moralidade, eles não deixam claro que o Estado é capaz de se descolar da sociedade e se colando acima dela.

Assim, o Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é a “realidade da ideia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento: é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; esse poder, nascido da sociedade, mas se colando acima dela, e progressivamente, alienando-se dela, é o Estado. (ENGELS, 1984, p.191, grifo nosso)

É nessa lacuna que entra a crítica de Pierre Bourdieu (2014) na medida em que a visão marxista limita a função do Estado apenas como mediador das classes. O sociólogo francês acredita que o Estado é muito mais que isso, a partir do momento em que o pesquisador assume que a vida não é regida apenas por relações econômicas, como também simbólicas. O Estado possui um poder simbólico, cuja a força de coação é baseada em estratégias particulares como a universalização em

sua retórica. Para Bourdieu a compreensão do que é o poder simbólico é central para evidenciar o Estado como lugar de acumulação de poder simbólico e legítimo.

Bourdieu apoia-se nas ideias de Gramsci, que, embora fossem embasadas por conceitos marxistas, são claramente iluminadas com ressalvas ao “Nosso Marx”<sup>1</sup>. A teoria gramsciana avança sobre as teorias de Marx como resultado da evolução histórica natural das relações. Embora Marx às vezes tenha sido tratado como visionário, sobretudo ao “prever” o caráter monopolista mundial do capitalismo, algumas questões importantes não foram abordadas por ele, por simplesmente não terem sido experimentadas em sua época.

Gramsci também considera o Estado uma instância separada das relações de produção, as quais foram chamadas respectivamente de sociedade política e sociedade econômica, ampara por uma rede de organizações que liga ambos. O conjunto dessas organizações Gramsci chama de sociedade civil, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade. Essa sociedade civil (que tem conceito diferenciado da de Marx<sup>2</sup>) faz parte do Estado e figura como uma arena decisiva de luta de classes. *“O Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da estrutura econômica”*. Para ele, fica evidente que Estado é o equilíbrio entre essas duas sociedades e é concebido como educador na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. (COUTINHO org., 2011, p.285)

Segundo Gramsci, a opinião pública é o ponto de contato entre essas duas sociedades. Se os grupos dominantes quiserem manter sua hegemonia, precisam trabalhar na esfera do estabelecimento de consensos. Pois a hegemonia constrói-se não somente no plano econômico, como também no ético-político. Se a classe dominante deixa escapar o consenso, ou seja, se ela “não é mais dirigente, mas unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva”, isso significa exatamente que a massa de (ex) dominados se descolaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditava, questionando e desvendando essa manipulação. (COUTINHO org., 2011, p.291)

Ao distinguir diferentes tipos de sociedade, Gramsci identifica por Estado não somente o aparelho de governo, mas também o aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil, “isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Ele também distingue o Estado de o Direito, dando um caráter mais amplo a este último, afirmando que “[...] foi com o nascimento e desenvolvimento das desigualdades que o caráter obrigatório do direito veio a aumentar, da mesma forma que veio a aumentar a zona de intervenção estatal e da obrigatoriedade jurídica.” (COUTINHO org., 2011, p.281)

Em sua obra “Sobre o Estado”, Pierre Bourdieu assume sua dificuldade em utilizar o termo Estado, por se posicionar inseguro diante do seu verdadeiro significado. Apenas na década de 80, ele passou a utilizar esse termo, fazendo uma fundamental analogia entre o Estado e a Religião, uma vez que considera que é a crença no Estado, a fé numa coisa abstrata, que tem sido capaz de legitimar seus atos, perante a um conformismo lógico e moral dos cidadãos. (BOURDIEU, 2014)

---

<sup>1</sup> Referência a um dos escritos de Gramsci em seu Cadernos do Cárcere.

<sup>2</sup> Sociedade Civil para Marx *“compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e ultrapassa, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil apareceu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; [...]”*. MARX; ENGELS, 1981, p.33-34

Na perspectiva marxista de análise da reprodução social em torno do materialismo econômico, o Estado tem sua gênese na contradição entre o interesse individual e o da comunidade. O Estado, aparentemente independente da sociedade, funciona como um agente que acalma os ânimos para que as classes não se destruam, devido às contradições entre os interesses individuais e coletivos. Ele é o suporte da dominação de classes, o que num sistema capitalista não poderia ser diferente, visto que ele regula a relação capital-trabalho. Em todas as formas de governo, Marx e Engels consideram que o Estado não investe o caráter público e universal a que ele se dispõe a ser, ao oposto, ele serve às classes economicamente dominante. *“Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem”*. (ENGELS, 1984, p.193)

Lojkine (1981) não valida a ideia de que o Estado seja um simples fantoche da classe econômica dominante. Ele não acredita

que os representantes dos grandes interesses econômicos ‘tiranizem’ os dirigentes políticos e lhes imponham decisões. Os que gerem as grandes concentrações industriais exercem, normal e legitimamente, uma influência sobre a política do país. Descrevê-los como despostas que manipulam titeres políticos é cair na mitologia. Os representantes das grades interesses econômicos não merecem nem tanta honra nem tanta infâmia. [...] (LOJKINE, 1981, p.114)

Há semelhanças no pensamento de Lojkine e Bourdieu quanto ao caráter mágico (fetichizado) da legitimidade das ações estatais. *“O motivo que faz do Estado da classe dominante o suporte mítico do ‘interesse geral’ de toda a sociedade é o mesmo que transforma uma mercadoria particular, o dinheiro, em equivalente geral, propriedade exclusiva de uma mercadoria particular. [...]”* (LOJKINE, 1981, p.86, grifo nosso)

A fetichização do Estado alimenta sua divinização. A analogia entre o Estado e a Religião são pertinentes. Para Bourdieu, “O Estado é uma ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validade pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos.” O Estado é uma crença teológica. (BOURDIEU, 2014, p.38)

Bourdieu corrobora com Lojkine, criticando a lógica hegemônica aplicada à compreensão do Estado que busca entender a instituição por meio apenas de suas funções, sem abordar sua estrutura. Ele advoga que buscar compreender o Estado dessa forma, incorre numa fetichização que é capaz de inverter o processo real sobre sua gênese, e alerta: *“Sempre é possível insistir mais sobre as funções econômicas do Estado, ou sobre suas funções ideológicas; fala-se de ‘hegemonia’ (Gramsci) ou de ‘aparelho ideológico’ (Althusser); mas a ênfase é sempre posta nas funções, e escamoteia-se a questão do ser ou do fazer dessa coisa que se designa como Estado”*. (BOURDIEU, 2014, p.32)

A excessiva abstração das relações econômicas e sociais é encarada por Lojkine como problemática, pois, ao enquadrá-las em categorias utopicamente homogêneas como Estado e Capital, perde-se as nuances e as motivações das relações, resultando numa análise equivocada. Dessa forma, questões como as seguintes podem ser capciosas: *“O Estado age em favor dos seus próprios interesses, é apenas o ‘criado’ dos promotores ou então o ‘aliado’ do grande capital? [...] o pessoal político no cargo ‘reproduz’ simplesmente ou age deliberadamente para preservar também seus próprios*

*interesses, melhorando a representação da clientela eleitoral?” Quais são os interesses do Estado? (LOJKINE, 1981, p.59)*

## 2. O ESTADO, UMA CLASSE HETEROGÊNEA

A cada estágio de desenvolvimento produtivo corresponde uma ideologia reproduzida pelo Estado por meio de suas políticas. A análise discursiva dessas ideias é produzida abstratamente, mas é o conjunto de práticas estatais que garante a manutenção do sistema capitalista. O Estado sempre teve um papel fundamental no desenvolvimento capitalista, assumindo transfigurações para se adequar às mudanças criativas que o avanço do capitalismo adotou e adota para sobreviver às suas contradições.

Assume-se que a práxis estatal é possível tanto pelo seu poder coercitivo legalista, necessário em sua gênese via seu poder de polícia, como pelo seu poder coercitivo simbólico, fundamentalmente necessário para fazer valer sua verdade única sobre a sociedade cada vez mais complexa. Esse caráter “teológico” deve ser constantemente reforçado por meio de estratégias de disseminação de ideologia, pois somente a coerção legalista não seria resistente o suficiente aos questionamentos advindos de uma sociedade cada vez mais consciente, investida em seu caráter filosófico e político. Dessa forma, os dois poderes coexistem simultaneamente e se apoiam, a fim de não permitir brechas para a fragilização do Estado. Desse modo, assume-se nesse trabalho que a conceituação de Estado compreende a combinação das teorias dos autores citados anteriormente.

Essa ideia de coexistência de um poder simbólico e coercitivo para a manutenção do Estado e/ou de classe(s) dominante(s) pode ser verificado também nos escritos de Antonio Gramsci, quando ele identifica que o Estado não é somente o aparelho de governo, mas também o aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil, “isto é, hegemonia couraçada de coerção”.<sup>3</sup>

Na passagem para o século XX, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, alguns pesquisadores<sup>4</sup> já trabalhavam o conceito de Imperialismo, como um estágio avançado do capitalismo, onde a livre concorrência estava se transformando em monopólios mundiais de grandes empresas, começando pelos bancos. Mas foi Lenin que fez uma fundamental articulação econômica e política desse novo período, o denominando de Capitalismo Monopolista de Estado. Ele levanta a essencialidade do papel do Estado na consolidação dos monopólios e do imperialismo, e também revela como a oligarquia financeira, vai se tornando cada vez mais poderosa, controlando também a política, assumindo a forma expansionista nas nações imperialistas. (LENIN, 2012, p.14)

Lojkine apropria-se do conceito lenista de Capitalismo Monopolista de Estado e o define como um ‘mecanismo único’ de exploração capitalista ligando monopólios ao aparelho de Estado, sem com isso ‘fundi-los’. Conquanto Lojkine alerta para o equívoco de, ao falar em mecanismo único, igualar o Estado como um elemento de infraestrutura econômica aos grupos monopolistas capitalista. Assume ele que isso “É a dificuldade principal que ameaça nossa análise ‘interna’ do Estado,

<sup>3</sup> A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. [...] quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma concepção de mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica. (COUTINHO org., 2011, p.195)

<sup>4</sup> Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin...

*'originário' da estrutura socioeconômica, apesar de ser fundamentalmente distinto dela". (LOJKINE, 1981, p.113)*

Ao procurar romper com as representações ilusórias da política estatal por meio de outra abordagem, diferente da marxista, mas não oposta, Lojkine adota uma abordagem na qual ele considera *de dentro*, "onde o Estado aparece não mais como um organismo exterior às relações de produção, mas, bem ao contrário, como um dos momentos, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho". (LOJKINE, 1981, p.85)

Lojkine parte do pressuposto que a homogeneização, personificação, fetichização de conceitos como Estado e Capital obscurece a compreensão das relações sociais. Ele levanta a existência de muitas contradições dentro do aparelho estatal. Uma das contradições é evidenciada na relação entre os Estados locais e os Estados centrais por aqueles serem suportes privilegiados de financiamento público de reprodução coletiva da força de trabalho, enquanto a administração central coloca-se mais distante da execução, não lidando cotidianamente com questões próprias dos governos locais. Outra contradição é verificada a partir da percepção de que o interior da própria instituição pode ser um campo de luta de classes, no momento em que pequenas elites (privilegiados) das grandes administrações públicas também são parte integração de fração do capital dominante. (LOJKINE, 1981, p.337) Isso não significa, no entanto, que o Estado seja um conjunto de fragmentos, expressos pela "partilha' do poder político entre diversas classes e frações. Pelo contrário, o Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior do aparelho uma unidade interna própria, que é uma unidade do poder de classe: o da classe da fração hegemônica [...] " (LOJKINE, 1981, p.118)

Da mesma forma que o Estado não é homogêneo, a classe capitalista também não o é, podendo haver conflitos dentro dela. No entanto, isso não quer dizer que os capitalistas não-monopolistas são explorados pelos capitalistas monopolistas. Diante disso, Lojkine discorda que exista um aparelho estatal homogêneo subordinado completamente ao capitalismo monopolista, rejeitando o termo Estado tutelar. Ele reserva esse conceito para o estágio do capitalismo da livre concorrência, pré-monopolista. Sua hipótese, por outro lado, é a de que "esses órgãos estatais são verdadeiros palcos políticos que refletem de modo mais ou menos as reivindicações das classes dominadas". (LOJKINE, 1981, p.334)

As ideias de Harvey (2006) também se assemelham à de Lojkine e a de Bourdieu ao falar que o "Estado não é uma categoria apropriada para descrever os processos reais pelos quais se exerce o poder. Invocar a categoria 'o Estado' como 'força em movimento' durante as análises históricas concretas é, em resumo, envolver-se numa mistificação. " Todavia, Harvey acredita que tratar o Estado como uma categoria abstrata pode ser apropriado para falar em termos gerais sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder. (HARVEY, 2006, p.89)

Muitas variações dos fatores socioeconômicos podem interferir nas combinações possíveis entre estrutura econômica e poder político. "A estrutura do Estado capitalista não pode deixar de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes, e principalmente a modificação da relação de forças entre frações do capital, com entre capital dominante e classe operária". Essa citação de Lojkine vai ao encontro de todas as teorias dos autores abordados nesse trabalho sobre a gênese do Estado a partir da organização da sociedade, inferindo-se, portanto, que o Estado modifica-se conforme haja alterações sociais. (LOJKINE, 1981, p.113)

Ao tomar determinante o caráter dinâmico das relações econômicas e sociais, assume-se que as relações políticas também o são. Diante disso, as estratégias de permanência do poder simbólico do Estado devem estar bem equalizadas com o intuito manutenção do controle. Como diz Harvey, a superestrutura deve ter uma relação dialética com a estrutura *“a base econômica e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não sequencialmente – há uma interação dialética entre ambas”*. (HARVEY, 2006, p.90)

Embora David Harvey, marxista declarado, aponte que às vezes o próprio Marx se contradiz quanto ao papel ativo ou passivo do Estado em relação aos processos econômicos, ele acredita que *“O Estado burguês não nasce do reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser (e era) exercida através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem”*. Para ele, o Estado precisa prover alguns benefícios em prol dos dominados para conquistar seu apoio, pois a burguesia só sobrevive com consentimento da maioria dos governados. Na passagem seguinte, Harvey demonstra a importância da manipulação das ideias e informações por parte do Estado para que este consiga, quase ao mesmo tempo, agradar a gregos e troianos. (HARVEY, 2006, p.89)

[...] Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta e indiretamente, o fluxo de ideias e informações. [...] assim, a função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores [...], que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (HARVEY, 2005, p.84)

O aparelho estatal precisa parecer independente, imparcial, acima de qualquer luta de classes e da sociedade, como um imaculado. Para criar essa imagem do Estado, põe-se em prática uma ideologia que ilusoriamente faz parecer que o interesse da classe dominante é o interesse geral, mas é a classe dirigente que regula a produção de ideias.

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das idéias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos. Pelo simples fato de defrontar com uma classe, a classe revolucionária se apresenta, de início, não como classe, mas sim como representando a sociedade em geral [...] (MARX; ENGELS, 2001, p.50)

Embora Lojkin não defenda que o Estado esteja cegamente submetido à classe dominante, ele admite que a instituição trabalha preferencialmente para ela, e, para dissimular essa subordinação, mantendo a ilusão de sua independência acima das classes sociais, ocorre uma fragmentação e descentralização do aparelho estatal, transformando-se em vários poderes regionais, multiplicando as instituições intermediárias.

Diante do exposto, reproduz-se algumas questões importantes levantadas por David Harvey para a compreensão do que é e de como funciona o Estado, a fim de continuarmos a análise, todavia, sem a pretensão de trazer todas as respostas nesse trabalho:

Até que ponto os diversos aspectos e instrumentos de poder estatal dão uma função relativamente autônoma ao Estado com respeito ao curso do desenvolvimento capitalista, até que ponto os funcionários do Estado pode agir como entes totalmente neutros, ou mesmo árbitros autossuficientes, nos conflitos de classe e interclasse?

No Estado, que estruturas e funções são “orgânicas” em relação ao modo capitalista de produção e, assim, fundamentais para a sobrevivência das formações sociais capitalistas, que são, segundo Gramsci, meramente conjunturais? (HARVEY, 2006, p.92)

### 3. O ESTADO E A QUESTÃO URBANA

Compreender o fenômeno urbano carece de um tratamento interdisciplinar. Cada modo de produção implica um processo de urbanização próprio, que está presente nas específicas relações econômico-sociais. A função do urbano também cambia em cada modo de reprodução social, transformando os conceitos de urbano e cidade. Os temas de investigações têm se transformado juntamente com os paradigmas econômicos, sociais e políticos, entretanto, a tendência atual é abordar temas de caráter local, deixando de lado discussões estruturais. Temas como cidades-globais, empoderamento dos setores, poder local são assuntos preponderantes nos discursos correntes.

Uma análise ingênua das políticas urbanas capitalistas pode camuflar e reduzir a intervenção estatal a uma simples tentativa de corrigir ou minimizar as contradições funcionais e “orgânicas” da estrutura capitalista. O que se revela é o contrário “à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital”. (LOJKINE, 1977, p.170)

O Estado monopolista, agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos, apenas refletirá as contradições e as lutas das classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Acredita Lojkine que a regulação estatal não atenua as clivagens sociais, pelo contrário, por meio da instauração de instrumentos políticos, ideológicos, financeiros a serviço exclusivo da fração monopolista do capital, essas contradições são exacerbadas. “*Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital*”. (LOJKINE, 1977, p.171).

Harvey acredita que “o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo”. A hipótese de Lojkine sobre o papel do Estado no modo de produção capitalista também recai nessa mesma linha. A intervenção estatal na busca pela manutenção a

reprodução do capital se utiliza do urbanismo como a própria reprodução do capital a partir da intervenção em três pontos críticos: financiamento de equipamentos urbanos desvalorizados, a coordenação dos diferentes agentes da urbanização, e contradição entre o valor de uso coletivo do solo e sua fragmentação pela renda fundiária. (HARVEY, 2005, p.83; Lojkin, 1977, p.169)

Diante disso, segundo Lojkin, a base da política urbana é desenvolvida pelo Estado por meio de três instrumentos: 1) financiamento público dos meios de comunicação, de aglomeração das atividades econômicas e dos meios de consumo coletivos concentrados nos lugares de aglomeração da força de trabalho; 2) planejamento urbano com coordenação estatal das produções e dos usos privativos do quadro construído; 3) política fundiária com a tentativa de supressão da contradição entre a propriedade privada do capital e a propriedade da terra. No entanto, observa-se que o financiamento público subordina-se aos imperativos monopolistas, gerando uma desproporção no financiamento entre setores que estão diretamente mais ligados a mais valia, ou seja, a priori, o Estado entra na produção urbana com o financiamento público daqueles itens que pode vir a ser rentáveis para os capitalistas. Isso se refere tanto aos meios de consumo coletivos, como a setores de condições gerais de produção.

Sob a perspectiva dos capitalistas, os meios de consumo coletivo não acrescentam nenhum valor àquele criado na produção, ou seja, são considerados despesas sem retorno por não permitirem nenhuma redução do tempo de produção e nem uma redução do tempo de circulação do capital. *“Nesse sentido elas permanecem sempre despesas supérfluas, [na perspectiva do capitalista], que podem ser comprimidas. Além disso, seu valor de uso específico (coletivo, indivisível, imóvel, durável...) onera sua rentabilidade capitalista, do ponto de vista dos agentes que as produzem: imobilização do capital, inadaptação dos critérios mercantis”*. Dessa forma, visando tornar rentável o que por sua essência não deveria sê-lo, o Estado em conjunto com os capitalistas tem procurado reestruturar o urbanismo de “forma criativa” a criar valores de troca onde for possível, por meio da privatização da gestão dos espaços públicos, ou da exploração comercial nessas áreas, ou da concessão ao privado da provisão dos serviços de infraestrutura. Isto é, tem procurado transformar também os meios de consumo coletivo em mercadoria<sup>5</sup>. (LOJKINE, 1981, p.161)

Os meios coletivos de consumo, entretanto, são quase tão essenciais quanto as condições gerais de produção para a geração da mais-valia. Ainda que tal importância não seja percebida pela maioria dos proprietários dos meios de produção, na medida que, indiretamente, ao propiciar um bom ambiente para a reprodução social, é possível o aumento da produtividade, como também *“a obediência genérica das classes dominadas”*<sup>6</sup>. Nesse sentido, um Estado que provê boas condições sociais para a camada trabalhadora consegue ter o controle da população.

Dentro do conjunto dos meios de consumo coletivos, constata-se que há uma certa diferença de valoração entre eles para o processo de produção. Existem aqueles que são privilegiados por estarem mais conectados à formação profissional do trabalhador, assim como os meios de comunicação ligados diretamente à reprodução do capital terão prioridade em relação àqueles destinados à reprodução da força de trabalho (estrada por onde passa o transporte de mercadoria x via simples de acesso a residências, por exemplo). Algumas vezes esses meios podem ter caráter ambíguo como uma estrada que serve tanto à produção como a residências, ou sistema de energia elétrica ou conjunto de abastecimento de água, contudo, a função ligada à reprodução do capital é

<sup>5</sup> Adota-se nesse estudo a conceituação de Jean Lojkin de **condições gerais de produção** como sendo despesas ligadas diretamente à produção, voltadas para a reprodução das forças produtivas e de **meios de consumo coletivo** como sendo despesas ligadas indiretamente à produção, voltadas para a reprodução da força de trabalho.

<sup>6</sup> HARVEY, 2005 [2001], p.85

a que determinará os movimentos do aparelho estatal. Isso acontece pelo fato de “[...] a possibilidade de contemporizar, ou até mesmo privilegiar certos equipamentos, permite ao agente imobiliário – quando este está numa situação de força – se apropriar da quase totalidade da renda fundiária urbana, sem ceder parte considerável à coletividade [...]” (LOJKINE, 1977, p.91)

Lojkine lembra também que os serviços, ao contrário da mercadoria concreta, não possuem valor de troca porque seu valor de uso não foi cristalizado em nenhum objeto material e não acrescentam nenhum valor a mercadorias produzidas em outros setores, como a estocagem e o transporte de produto (falsas despesas de produção, segundo Marx). Dessa forma, serviços de educação, transporte coletivo, saúde são totalmente improdutivos, não geram mais-valia, colocando o Estado na condição de subsidiário para “corrigir” esse fato, a fim de torna-los atrativos para o privado. (LOJKINE, 1977, p.155).

Baseado nesses conceitos Lojkine desenvolve uma hipótese quanto ao lugar da urbanização na teoria marxista. Ele abandona a conceituação que opõe o rural ao urbano, que localiza a concentração da produção no espaço rural, restando ao espaço urbano o domínio do consumo. Para ele, o que vai caracterizar a cidade capitalista é: 1) “a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais” e 2) “o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico. ”. Essa concentração cria novas necessidades sociais, e esse fato será determinante no desenvolvimento econômico. A cidade apresenta-se como produto da socialização das condições gerais de produção e da socialização do espaço. (LOJKINE, 1981, p.124)

Nessa perspectiva, no fim dos anos 70, Lojkine já adiantava o movimento do capital monopolista, fortemente perceptível no decorrer da consolidação das ideias neoliberais em todas as esferas na década de 1990. Ele enxergava que a autonomia e a flexibilização do capital possibilitariam novas formas de intervenção jurídica do Estado, “planificações e programações urbanas’ ‘flexíveis’, ‘adaptadas’ às exigências de desembaraço rápida do capital monopolista, socializações seletivas do solo (concessões e preempções públicas...) que permitem expropriar a pequena propriedade não monopolista em benefício exclusivo dos usuários monopolistas. ” (LOJKINE, 1981, p.170)

A tendência de flexibilização dos instrumentos legais, embora considere-se a inexistência de um modelo único global de projeto neoliberal, é um consenso atual disseminado pelas grandes instituições de poder, a fim de transferir responsabilidades da condução do país para o setor privado, pelo motivo sofista de maior eficiência desse setor. A ideia de desregulamentação e privatização, outro ponto comum do projeto neoliberal, manifesta-se de maneira diversa em vários âmbitos, porém, o grande impulsionador é sempre o mesmo, reformular a função do Governo ou Estado, orientando e reforçando o protagonismo do grande capital privado e internacionalizado. Frequentemente reconhece-se a velada privatização de espaços públicos, com a justificativa de ineficiência governamental, enquanto o setor privado, principalmente o imobiliário, incorpora esses resultados na capitalização de seus imóveis.

Nessa tendência, ressalta-se a ocorrência de um deslocamento na forma de conduzir a reprodução econômica, conseqüentemente social, do planejamento nacional para o de governança. Esse conceito foi apresentado pelo Banco Mundial em 1992, como uma nova forma de regulação e gestão, descrita como “the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development. Good governance is synonymous with sound development management”. Ao longo do documento *Governance and Development*, percebe-se que esse termo encaixava-se na crítica negativa à grande intervenção do Estado nos processos

econômicos, fazendo uma apologia de “menos Estado e mais Governo”, incentivando uma reforma estatal, aos moldes da modernização gerencial anglo-saxônica da década de 1970, porém incorporada ao discurso do Banco Mundial somente na década de 1990.

O conceito de governança imprime a ideia de mediação ou negociação entre atores relevantes que participam dos processos urbanos, no entanto, essa fictícia democracia camufla a influência dos grupos econômicos dirigentes, principalmente dos capitalistas imobiliários. Essa nova forma de conduzir não somente as cidades, como todo o território nacional, possui uma visão deliberadamente de curto prazo, diferentemente do que propõe o planejamento, agregando instrumentos que deixam as cidades “mais competitivas e atraentes para os investimentos privados” (expressão reiterada do atual regime). Isso tem levado à generalização de propostas centradas em zonas específicas da cidade, ou em apostas em grandes projetos que os dogmas neoliberais defendem serem capazes de regenerar e estruturar positivamente toda uma cidade. Traduz-se então que houve “*el desmantelamiento del sistema de planificación heredado del movimiento moderno y la llegada de la desregulación ‘tardocapitalista’ al urbanismo*” (HIDALGO & GALVÁN, 2010)

Harvey (1989) conta que em um colóquio em Orleans, França, em 1985, com representantes políticos das oito grandes cidades do mundo já se falava em explorar o potencial que os governos urbanos diante da crise de base econômica e fiscal de muitas das grandes cidades do mundo capitalista avançado. De lá saiu o consenso de que os governos deveriam ser muito mais inovadores e empreendedores. Os benefícios viriam de cidades que assumissem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico, e, desse modo, a descentralização encaixava-se perfeitamente para a maior aplicação dos investimentos externos em novos territórios, intensificação da mercantilização do desenvolvimento urbano.

Surgiam as bases para a mudança de gerenciamento para empresariamento urbano que teve como pioneiro os Estados Unidos e encontrava raízes na recessão de 1973. Essa profunda transmutação parece que também ter a ver com a impotência do Estado-nação (Estado Central, União, Governo Federal) no controle dos fluxos monetários multinacionais, “*so that investment increasingly takes the form of negotiation between international finance capital and local powers doing the best they can to maximize the attractiveness of the local site as a lure for capitalist development*”. Num cenário onde o mercado (financeiro) que detém a hegemonia opera basicamente no espectro da especulação, a eficácia de política monetária nacional reduz-se drasticamente. (HARVEY, 1989, p.5).

A partir do princípio de que a economia de uma cidade é um dos pilares do planejamento urbano, e que a urbanização se transformou na própria reprodução do capital, infere-se que neoliberalismo tem modificado a natureza dos processos territoriais, com larga influência de fatores supranacional e superestrutural. Disso decorre também o empoderamento das cidades, descentralizando ainda mais as decisões no Brasil, colocando em risco a efetivação de um planejamento nacional. (RAMÍREZ y PRADILLA, org., 2010).

Os países de desenvolvimento médio são os mais procurados pelo excedente de capital-dinheiro, em grande parte decorrente do aprofundamento das relações econômicas dominadas pelo mercado financeiro (financeirização), visto que consistem em nações ainda com espaços a cooptar e, ao mesmo tempo, contam com um Estado facilitador, tanto no tocante à provisão de infraestrutura quanto no tocante a marcos regulatórios flexíveis, extremamente atraentes aos investidores. De Mattos comenta que “*Parece lógico pronosticar, ences, que los procesos de transformación urbana, sobre todo en los países menos desarrollados, tenderán a evolucionar cada vez más al ritmo de la acumulación de inversiones en busca de elevados retornos, que se localizan preferentemente en las*

*partes más desarrolladas de cada ciudad.* Essa estratégia, obviamente, tenderá a reforçar as estruturas socioterritoriais já caracterizadas por fortes desigualdades e fragmentadas urbanamente. (DE MATTOS, 2007, p.95)

Desse modo vê-se que o Estado neoliberal tem criado condições privilegiadas de reprodução do capital, intensificando a valorização imobiliária em diferentes áreas das cidades reforçando sua diferenciação socioespacial. Ele tem atuado como perpetuador de um espaço diferenciado, financiando infraestrutura de maneira heterogênea, gerando localizações. Essa diferenciação induz a elevação dos preços das localizações e introduz diferenciações no uso do solo que tem sido vista como segregação espacial. O resultado é um espaço urbano muito heterogêneo do ponto de vista de infraestrutura, com uma área menor relativamente bem atendida e outra maior onde reina a precariedade extrema. Dessa maneira, é errôneo acreditar que o mercado e a livre concorrência são os únicos protagonistas neste processo, pois o Estado intervém promovendo-o, subsidiando-o e protegendo-o. (MORI, 1994; DÉAK, 1989, 1992)

A forma mais desenvolvida da socialização capitalista, a planificação estatal, representa com efeito a resposta mais coerente do modo de produção capitalista para “acertar” as contradições econômicas e sociais que o solapam; mas na medida em que ela se mostra incapaz, a longo prazo, de dominá-las realmente, na medida em que a planificação estatal aparece subordinada não por uma lógica de controle racional, pela sociedade, de seu desenvolvimento coletivo, mas sim à lógica de acumulação do capital privado, a planificação, assim com o conjunto da política estatal, agem menos como instrumento de regulação do que como revelador de uma sociedade retalhada pelo conflito de classes antagônicas. (LOJKINE, 1981, p.321)

## À GUIA DE CONCLUSÃO

A função precípua do Estado de planejar o território, o coloca como um dos principais promotores da desigualdade urbana, uma vez que a renda da diferenciação dos espaços é essencial para a lógica capitalista. A produção de diferenças é um dos elementos fundamentais do funcionamento da cidade capitalista. Apenas políticas urbanas que pensem a cidade como uma totalidade seria capaz de praticamente homogeneizar o espaço, resguardando as diferenças geográficas naturais, pois a partir do momento em que os investimentos localizam-se apenas em determinadas regiões, um diferencial de renda da terra é gerado, bem como a disputa pela localizações.

Os formatos criados pela política neoliberal fundamentam-se na crença de que atuação do setor privado é salvação para a correção das imperfeições, não somente refletidas no espaço, como também no desemprego e de todas as consequências decorrentes das crises de superacumulação cíclica, provocadas pela natureza do modo de produção capitalista. No entanto, deixar a cargo do setor privado as decisões sobre o território é tomar os interesses individuais como universais, desconsiderando a multiplicidade de demandas existentes na cidade.

Diante disso, acredita-se que o Estado configura-se como uma categoria que reage mais frequentemente aos movimentos do capital, do que uma instituição que adota um posicionamento ativo na liderança da produção do espaço. O capital demanda suas necessidades, e o Estado, em movimentos ao encontro, e, muito ocasionalmente, no Brasil, de encontro, provê o espaço regional de condições gerais de produção e, em segunda ordem de prioridade, os meios coletivos de consumo.

As transformações econômico-financeiras embora sejam processos mundiais, manifestam de maneira sutilmente diversa na organização espacial a depender das peculiaridades físicas, sociais, econômicas e políticas que constituem um território. Alguns autores latino-americanos (Singer, Csaba, Padrilla) questionam teorias consagradas como a teoria da dependência, teoria da marginalidade, teoria das cidades globais e outras, assumindo que a economia política da urbanização diferenciada da América Latina, desenvolvida dentro de um capitalismo dito tardio, implica consequências diversas das postuladas pelos grandes intelectuais urbanistas. Dessa maneira, pressupõe-se que o projeto neoliberal internacional não tem implicado em uma forma única de conceber e intervir nas cidades.

Nessa linha, ao se estudar autores clássicos e seus próprios casos particulares (França e Inglaterra) tomados como gerais, ilumina-se certas limitações para o rebatimento de suas reflexões sobre a experiência brasileira. A partir do confronto da leitura preliminar de autores brasileiros com os autores clássicos internacionais, vislumbra-se que o processo capitalista brasileiro não ocorreu e nem tem ocorrido de modo tradicional (no entanto, não se pode dizer que contraditório). Compreende-se, dessa maneira, que o Estado capitalista não se comportou, e nem tem se comportado, de maneira padrão pelo mundo. Não obstante, não se pretende dizer que os estudos clássicos não sejam válidos para compreensão de casos particulares, pelo contrário.

O espaço de debate deve existir, abrindo voz para todos os setores. No entanto, a resistência à parcialidade em favor das elites deve ser veemente, protegendo a verdadeira democracia do teatro em prol da legitimação do interesse privado que, corriqueiramente, sobressai ao interesse coletivo. Pois se a produção é social, mas a apropriação é privada, a única maneira de combater de maneira consistente este de processo é por meio de políticas de universalização do serviço.

## REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEÁK, Csaba. O Mercado e o Estado na Organização Espacial Da Produção Capitalista. **Espaço & Debates**, n.28, p-18-31, 1989.

\_\_\_\_\_. Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80. **Espaço & Debates** n. 32, p. 32-46, 1991. Disponível em [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/91ace/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html) Acesso em maio de 2014

DE MATTOS, Carlos. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. **Revista Nueva Sociedad**. n.212, p.82-96, nov-dez 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2.ed. 2. reimp. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1932].

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. 9.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884]

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. In **Geografiska Annaler**. Series B, Human Geography, Vol. 71, No.1, The Roots of Geographical Change: 1973 to the Present, 1989, pp. 3-17.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MORENO GALVÁN, Felipe de Jesus; HIDALGO PINO, Ricardo A. La política y la planificación urbana del estado neoliberal. In: RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca R.; COBOS PRADILLA, Emilio. org. **Teorías sobre la ciudad en America Latina**. México DF: Universidad Autónoma Mexicana, 2014.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, estágio superior do capitalismo**, São Paulo, Expressão Popular, 2012 [1917]

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981 [1977]

MORI, Klara Kaiser. **Brasil: Urbanização e Fronteiras**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RAMIREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca; COBOS PRADILLA, Emilio org. **Teorías sobre la ciudad en America Latina**. México DF: Universidad Autónoma Mexicana, 2014.